

## O pulo do Gato

Fernando Sobral

### Alves dos Reis e 2039

Alves dos Reis foi o maior dos nossos alquimistas. Transformou uma ilusão em dinheiro sonante. A ficção em realidade. Há quem acredite que se existisse um Alves dos Reis hoje, o País viveria isento da crise. Nadando em notas, envolto em consumo. Quando se descobrisse o conto do vigário, o crime já teria prescrito, à boa maneira indígena. Alves dos Reis é o herói do imaginário português. É o guru de uma forma de gestão. Olhe-se para 2039. Um número pequeno que envolve milhões de euros. Ou milhões de milhões. Só nessa altura, um futuro muito distante, as PPP fornecerão receitas ao Estado. Até lá, os contribuintes cumprirão o dever cívico de as subsidiar. As PPP tentaram ser o negócio de Alves dos Reis dos tempos modernos. Mas não tiveram a sua elegância. Aproximou-se: a espoliação do Estado e dos contribuintes foi feita em nome do bem público. Nada como os deserdados agradecerem por o serem. É assim que se faz política e negócios em Portugal, país das meias-tintas. Onde há, nas conversas dos devotos das teorias da conspiração, corruptos que clamam contra outros corruptos com o objectivo de denunciar coisas secundárias para ocultar as principais. Portugal é mesmo um sítio onde os pequenos e médios corruptos são contra a grande corrupção. O país de Alves dos Reis é o país dos “pequenos favores”, que acabam em PPP e em “BPNs”. Há um saldo negativo neste mundo de brincar à gestão. 2039 nunca mais chegará. Mas quem ganhou com as PPP continuará a usufruir da renda perpétua. Enquanto o corte das gorduras do Estado não chegar aqui, todos esperamos que Alves dos Reis volte para nos salvar.

## 20.10.11



### Prémio Saúde Sustentável – Candidaturas até 25 de Novembro

Cientes da importância que a sustentabilidade da Saúde terá na sociedade portuguesa nos anos vindouros, o Negócios e a Sanofi criaram o Prémio Saúde Sustentável, uma iniciativa orientada para a divulgação e incentivo das boas práticas de saúde. O Prémio conta com a parceria da AT Kearney, responsável pelo desenvolvimento da metodologia de avaliação.

#### • Quem se pode candidatar?

Qualquer instituição que preste cuidados de saúde (Hospitalares, Primários ou Continuados) em Portugal, quer pública, quer privada, ou do sector social, é convidada a participar no Prémio Saúde Sustentável.

#### • Como se pode candidatar?

As instituições devem responder a um formulário de candidatura disponível no site do prémio (<http://premiosaudesustentavel.negocios.pt>) até ao dia 25 de Novembro. Após a recepção dos formulários, o júri irá avaliar todas as candidaturas.

#### • Júri

O júri é composto por **Jorge Sampaio**, ex-Presidente da República; **Abel Mateus**, professor de Economia, Universidade Nova de Lisboa e University College de Londres; **Adalberto Campos Fernandes**, presidente da Comissão Executiva, HPP Cascais; **Alexandre Lourenço**, director coordenador, ACSS; **António Couto dos Santos**, ex-ministro da Educação; **Diogo Lucena**, membro do Conselho de Administração, Fundação Calouste Gulbenkian; **Francisco Batel Marques**, professor, Faculdade Farmácia da Universidade de Coimbra; **Jon Fairest**, director-geral, Sanofi; **Heitor Costa**; **Jorge Torgal Garcia**, professor, Universidade Nova de Lisboa; **José Mendes Ribeiro**, membro do Conselho Científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos; **Laurentina Martins**, administradora, Cofina Media; **Maria de Belém Roseira**, ex-ministra da Saúde; **Miguel Gouveia**, professor associado, Universidade Católica Portuguesa; e **Teresa Caeiro**, deputada, Assembleia da República.

Candidaturas até 25 de Novembro de 2011  
<http://premiosaudesustentavel.negocios.pt>

## Amanhã com o Negócios



Com a edição do Negócios de amanhã é distribuída uma edição especial da revista Máxima, onde se revelam as 25 nomeadas para os prémios Mulher de Negócios do ano e Executiva do ano. Vai ficar ainda a saber como é que se caracteriza o estilo de liderança feminino, o que o distingue do dos homens e quais as mulheres de negócios mais poderosas à escala mundial. Tudo isto e muito mais numa revista muito especial – uma edição conjunta da Máxima e do Negócios. A não perder.

### ENDIVIDAMENTO

## Quase 200 municípios podem ficar em risco de ruptura financeira

**BRUNO SIMÕES**

[brunosimoes@negocios.pt](mailto:brunosimoes@negocios.pt)

Os novos limites de endividamento que o Governo impõe para as câmaras implicam que perto de 200 municípios – dois terços do total – ficarão numa situação de excesso de endividamento líquido e em risco de ruptura financeira. Ribau Esteves, dirigente da Associação Nacional de Municípios (ANMP), diz que os novos limites “são insustentáveis para muitas câmaras”. Para os autarcas, só há uma forma de os municípios cumprirem estes limites: através do acesso a uma parte do resgate de 78 mil milhões de euros.

A ANMP garante que 183 municípios ficam automaticamente em situação de excesso de endividamento líquido caso sejam aplicados os novos critérios do Governo. Estes incidem sobre o conceito de endividamento líquido – ou seja, a soma dos passivos, subtraída dos activos –, que até agora não podia ser superior a 125% da receita relevante. No Orçamento do Estado para 2012, estes limites passam para 62,5% da receita relevante.

“Isto cria uma situação profundamente desequilibrada e, para muitos municípios, será seguramente insustentável”, antevê Ribau Esteves. Isto porque quando se está em excesso de endividamento, a Lei impõe que se reduza, em cada ano, 10% da verba em excesso. Em Ílhavo, por exemplo, onde Ribau Este-

Para muitas destas câmaras é impossível, é insuportável, praticar este exercício [de redução de endividamento].

**RIBAU ESTEVES**

Dirigente da ANMP

ves é autarca, o município, que agora cumpre os limites, passa a estar com um excesso de oito milhões de euros, tendo que amortizar 800 mil euros em cada ano da próxima década.

Este incumprimento dos limites pode colocar, em teoria, todos estes municípios na situação que lei prevê como ruptura financeira. Basta que não cumpram os limites da dívida à banca – o que também deve acontecer, porque os limites baixam de 100% para 62,5%, estejam 50% acima do novo limite de endividamento líquido e tenham dívidas a fornecedores superiores a 50% das receitas. Em 2009, havia 60 municípios nesta situação. Com limites muito mais apertados, o número pode triplicar.

Tal como vêm repetindo, os municípios acreditam que a solução passa por acederem a cerca de 3,8 mil milhões de euros do resgate financeiro.

### No ano passado, havia 144 câmaras com problemas



Os dados do Governo relativamente às autarquias que cumpriam os requisitos para estarem em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural ou estrutural era de 144, quase metade do total. Ainda assim, havia apenas nove contratos de saneamento financeiro e um de reequilíbrio financeiro. Os dados da Associação de Municípios, por outro lado, indicam que o número actual de municípios em excesso de endividamento líquido – isto é, em que a soma dos passivos, subtraída dos activos, excede em 125% a receita relevante – cifra-se em 70. Os municípios em saneamento ou ruptura financeira devem contrair – através do Governo – empréstimos junto da banca para saldar as suas contas, mas a banca apenas tem concedido o crédito com taxas de juro muito elevadas. A maior parte dos municípios prefere não contratualizar os planos de reequilíbrio com o Governo, optando por outras estratégias, refere o relatório do OE 2012.